

NOTAS Y COMUNICACIONES

<http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25251635/u1asck0tx>

PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR: LIMITES E POSSIBILIDADES EM PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Actor-Oriented Approach: Limits and Possibilities in Rural Development and Environment Research

Emilio Romanini Netto

 <https://orcid.org/0000-0003-4525-2095>

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasil
emilioromanini@hotmail.com

Valdir Frigo Denardin

 <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasil
valdirfd@ufpr.br

Valter Roberto Schaffrath

 <https://orcid.org/0000-0001-9868-2916>

Instituto Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasil
valter.schaffrath@ifpr.edu.br

RECIBIDO: 28.01.20 ACEPTADO: 27.08.21

Resumo: Cada vez mais vem sendo influente no Brasil a proposta oriunda dos professores da Escola de Wageningen, na Holanda, a



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Los autores conservan sus derechos

Perspectiva Orientada ao Ator (POA) em pesquisas de Desenvolvimento Rural. Neste texto foi empreendido uma incursão crítica sobre a POA, seus marcos conceituais e categorias, através de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de delinear considerações sobre os limites e possibilidades de sua adoção em pesquisas em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Ao longo do trabalho emergiram questões limitantes, sobretudo, relativo a capacidade do conjunto teórico-metodológico da perspectiva orientada ao ator nos permitir abstrair os condicionantes estruturais e espaciais (soma-se a natureza); assim como, sobre a capacidade da POA em dialogar com a interdisciplinaridade e a complexidade dos fenômenos socioambientais. Todavia, ressaltamos o diálogo da POA com a dimensão ambiental do desenvolvimento, em especial, através do conceito de co-produção.

Palavras-chave: Sociologia do Desenvolvimento; Agricultura Familiar; Sociologia Rural; Desenvolvimento Rural Sustentável; Relação Sociedade-Natureza.

Abstract: The Actor-Oriented Perspective (POA) in Rural Development research proposal, from the Wageningen School teachers, in the Netherlands, has been increasingly influential in Brazil. In this text a critical incursion was made about POA, its conceptual frameworks and main categories, through documentary research, in order to delineate considerations about the limits and possibilities of its adoption in research on Environment and Rural Development. Throughout the work, limiting questions emerged, especially regarding the theoretical-methodological set of the actor-oriented perspective capacity to allow us abstract the structural and spatial constraints (sum to nature); as well as on the POA's ability to dialogue with interdisciplinarity and complexity of environmental phenomena. However, we emphasize the POA's dialogue with the environmental dimension of development, in particular, through the concept of co-production.

Key words: Development Sociology; Family Farming; Rural Sociology; Sustainable Rural Development; Society-Nature Relationship.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante da pesquisa de dissertação do primeiro autor no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de Ruralidades, Ambiente e Sociedade. Assim, leva-se em consideração as múltiplas dimensões contidas nos processos de desenvolvimento, guiados pela noção de interdisciplinaridade, partindo da ideia de que a questão ambiental é uma questão fundamental, tanto como uma questão limitante à modernização capitalista, quanto uma dimensão intrínseca a reprodução dos atores sociais (Zanoni *et al.*, 2000; Brandenburg *et al.*, 2004; Floriani *et al.*, 2011; Raynaut, 2018).

Na esteira da compreensão dos atores sociais, em especial no ambiente rural, vem sendo cada vez mais influente no Brasil a proposta oriunda dos professores da Escola de Wageningen, na Holanda, sob a proeminência dos professores Norman Long, Albert Arce e Jan Douwe van der Ploeg, a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) (Schneider & Gazolla, 2011).

A partir do corpo teórico da POA nota-se a relevância da condição dos agricultores familiares como atores do desenvolvimento rural. Condição pouco preconizada pelas agências estatais, pelos grandes grupos empresariais do agronegócio e até mesmo pelas ONG's, os quais exercem considerável poder em promover tipos ideais de estilos de agricultura e tendem a homogeneizar as unidades de produção, assim como, aumentar o grau de mercantilização, aumentando, consequentemente, a dependência dos mercados, assistência técnica e agências financiadoras da produção (Long & Ploeg, 2011).

Para Schneider & Gazolla (2011), a POA se subscreve no enfrentamento do paradoxo entre a ação individual e a ação coletiva, em que, nem o individualismo metodológico por um lado, nem os condicionantes estruturais por outro, conseguem dar conta de como os atores elaboram “repostas diferenciadas para circunstâncias estruturalmente similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas.” (Long, 2001, p.13, tradução nossa).

Pretendemos fazer neste texto uma incursão crítica sobre a Perspectiva Orientada ao Ator, seus marcos conceituais e categorias, através de uma pesquisa bibliográfica e ao analisar alguns trabalhos de teses e dissertações elaborados sob a influência da POA, para enfim delinear considerações sobre os limites e possibilidades de sua adoção em pesquisas em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A CRÍTICA ÀS ABORDAGENS ESTRUTURALISTAS

A segunda metade do séc. XX foi, na América Latina, um período de grandes transformações. Foi um período caracteristicamente de forte aliança entre os governos locais e os bancos internacionais de financiamento em que caminhamos em direção à industrialização, modernização e urbanização dos estilos de vida. Este período passou a ser chamado como desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2011), sem que pudéssemos deixar de mencionar a influência dos Golpes Militares e o estabelecimento de governos militares ditatoriais

Intelectuais, locais e estrangeiros, estavam atentos a estas transformações de tal maneira que foi produzido uma vasta literatura analítica que, até certo ponto, subsidiou tais transformações (Bresser-Pereira, 2011). A pedra de toque são os materiais produzidos a partir da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado a ONU (Organização das Nações Unidas), pelo então diretor da CEPAL Raúl Prebisch, na década de 1940, seguidos pela teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, na década de 1950.

Intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, entre outros, iriam abrir um campo explicativo do subdesenvolvimento latino-americano oposto ao cepalino, o surgimento da teoria da dependência aos fins da década de 1960, início de 1970. Se para Celso Furtado (1992) o subdesenvolvimento era uma condição estrutural dos países periféricos, para André Gunder Frank (1967) o subdesenvolvimento era um produto do desenvolvimento dos países industrializados sem o qual estes não o seriam.

No campo da questão agrária e das transformações das relações sociais no campo resultantes da modernização no Brasil, os trabalhos de José Graziano da Silva (1981) e Goodman, Sorj & Wilkinson (1985), apesar de algumas distinções, compartilham a interpretação dos trabalhadores volantes, boias-frias e posseiros, os novos proletários do campo, como produtos da diferenciação estrutural, assim como, na tendência de subalternização destes sujeitos frente a expansão do capital financeiro e industrialização da agricultura. Nestes trabalhos, as formas de agricultura “não-capitalistas”, os camponeses, têm um lugar secundário, ainda que os autores reconheçam os movimentos de luta pela terra, entre outros.

Na gênese de seu marco teórico-metodológico, Long (1982, 1990, 2001) & Ploeg (2011) assumem uma interpretação em que os modelos analíticos explicativos da questão agrária clássica, assim como as teorias do subdesenvolvimento e da dependência, possuem semelhanças analíticas com as teorias neoclássicas da modernização (*à la* W. W. Rostow). Isto porque, as teorias neoclássicas da modernização, apesar de uma ampla diferença ideológica com os marxistas, dependentistas e cepalinos, dividiriam uma mesma posição epistemológica frente fenômenos de mudanças sociais e desenvolvimento, como partindo dos grandes centros de poder, guiados por estágios ou modos de produção dominantes, em situação de hegemonia institucional, onde ambos apresentariam as mesmas características de determinismo, universalidade e linearidade dos processos de mudanças sociais. É o que Long (1982, 1990, 2001) & Ploeg (2011) vão chamar de modelos estruturais de desenvolvimento.

Em oposição aos modelos estruturais de desenvolvimento, Norman Long analisa os trabalhos antropológicos sobre mudanças socioeconômicas e desenvolvimento em países do “Terceiro Mundo”. Em seu livro seminal *Introdução à Sociologia do Desenvolvimento Rural*, Long (1982) traz à luz as pesquisas direcionadas a compreender as reações e comportamentos diferenciais às mudanças sociais na Índia e na América Latina, incluindo suas pesquisas nos altiplanos centrais do Peru, que o autor irá compreender como “modelos de comportamento orientados ao ator”, período em que ainda era professor da Universidade de Durham, Inglaterra. Segundo o autor,

“A principal contribuição desse tipo de pesquisa é focalizar as variações na reação a circunstâncias externas semelhantes em linhas gerais, reveladas pelos diferentes grupos e categorias sociais [...] o que neutraliza a tendência a considerar os camponeses, ou a população rural, como uma classe homogênea, que simplesmente reage a forças que lhes são impostas de fora” (*ibidem*, p.216).

No entanto, Long (1982) ressalva os limites dos modelos transacionais se centrarem nas decisões individuais e nos processos interacionais a despeito das transformações do quadro político e econômico em nível nacional ou internacional. Esta, no ponto de vista do autor, seria uma negligência cara à compreensão dos fenômenos sociais nos trabalhos antropológicos por se concentrarem usualmente em espaços relativamente pequenos, como aldeias e distritos. Por isso, Long (1982) evidencia a capacidade de êxito das abordagens orientadas ao ator dependerem da combinação com as análises histórico-estruturais, com as características socioeconômicas e sociopolíticas, sem perder de vista as maneiras que os atores sociais se adaptam criativamente às demandas das estruturas em formação.

A BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Norman Long (1990, 2001) relata que a abordagem orientada ao ator foi popular na sociologia e, especialmente na antropologia europeia entre os anos 1960 e 1970, mas lamenta não ter sido influente na América Latina, devido a resiliência das correntes estruturalistas locais e europeias. A abordagem ou perspectiva orientada ao ator deriva desde modelos transacionais e de tomada de decisão até análises interacionistas simbólicos e fenomenológicas. Long (2001) define a *démarche* da perspectiva orientada ao ator sob as bases do social-construcionismo, e suas raízes na fenomenologia e sociologia de Karl Manheim, Berger e Luckmann, no interacionismo simbólico de Erving Goffman e na etnometodologia de Garfinkel, pois, apesar de diferenças teóricas e de método, estas correntes do pensamento social se assemelham principalmente na visão dos fenômenos sociais construídos a partir de uma multiplicidade de realidades emergentes.

Norman Long acredita que na POA deve haver uma etnografia sistemática para compreensão dos projetos de desenvolvimento na vida social dos atores. Os elementos centrais desta etnografia centram-se na elucidação das estratégias as quais os atores orientam ou atrapalham seus caminhos de vida com a intenção de tornar o ruim em menos ruim. São estes *links* entre os “mundos pequenos” dos atores locais e os fenômenos e atores globais, e a forma crítica, por vezes conflitante, em que se dá a ação humana e a consciência social ao fazer desenvolvimento (Long, 2001, p.14 e 15). Neste sentido, um primeiro conceito caro à perspectiva orientada aos atores da Escola de Wageningen é a noção de “experiência vivida” (*lived experience*).

Menezes & Malagodi (2011) interpretam que a noção de experiência para Long e Ploeg está em correspondência com a importância deste conceito nos trabalhos do historiador marxista inglês Edward P. Thompson e do americano James C. Scott. Ou seja: “Somente capturando a experiência em algo como sua plenitude poderemos dizer algo significativo sobre como um dado sistema econômico influencia aqueles que o constituem e mantêm ou superam.” (Scott, 1985 *apud* Long, 2001, p.13, tradução nossa).

Para Long (2001), um “ator social” pode ter várias formas: individuais, grupos informais, redes interpessoais, organizações; ou ainda os “macro” atores: entidades governamentais, igrejas, ou organizações internacionais. O elemento agregador para ser ator é ter “agência” (*agency*), ou capacidade de agir. O conceito de agência subjaz a noção de ator pois sem ele a abstração do sujeito se tornaria sem ancoragem prática e a noção de ator não passaria de um populismo. Nas palavras dos próprios autores, “a noção de agência atribui ao ator (...) a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção.” (Long & Ploeg, 2011).

Os autores formulam o conceito de agência respaldados pela teoria da estruturação de Anthony Giddens, que contribuiria principalmente com a ideia de que os atores sociais possuem, basicamente, conhecimento (*knowledgeability*) e capacidade (*capability*),

para atuar nas diversas arenas sociais, mesmo dentro dos limites de informação, riscos, incertezas ou quaisquer outras restrições dadas em seu cotidiano (Long, 2001; Long e Ploeg, 2011). Long & Ploeg (2011) ressaltam a importância de operar o conceito de agência não como um atributo do ator individual em condições pré-definidas, mas sim em uma rede de atores envolvidos em projetos e práticas atuando em uma rede de relações sociais com suas regras e disputas de poder.

Long & Ploeg (2011) associam que se os atores são os centros das decisões e das ações, a tomada de decisão necessariamente implicaria o uso implícito ou explícito de “meios discursivos” para a formulação argumentativa de suas ações estratégicas. Os meios discursivos são o repertório cultural, os conhecimentos consolidados advindos de sua experiência de vida, a partir do grupo social, os quais são acionados durante a tomada de decisão, e por isso, variam de acordo com cada situação social. Todavia, os autores entendem que o reconhecimento do discurso acionado pelos atores deve se precaver tanto de uma análise a partir da racionalidade como uma propriedade intrínseca do ator individual, assim como, da ideia de que o discurso reflete automaticamente a posição estrutural (de classe) do ator na sociedade.

Os autores interpretam que o uso convencional do conceito de estrutura nas ciências sociais tende a toma-lo como “conjunto específico de forças direcionadoras” (Long & Ploeg, 2011, p.41) que explicam certos fenômenos. Esta interpretação seria genérica e abstrata, ou ainda, concebida a partir de “condições normais”, ordinárias. Os autores recusam esta interpretação, com efeito, quando articuladas a ideia de heterogeneidade. Pois, se se parte da ideia de que os atores possuem um rol de conhecimento e possuem a capacidade de operá-los, é possível interpretar como os atores constroem, reproduzem e transformam as relações sociais, e não somente são subordinados a elas.

Mesmo que seu conceito de estrutura se torne marcadamente fluido, Long e Ploeg (2011) argumentam que não se trata de agregar microepisódios para se definir estrutura. Por isso os autores não negam o fato da estrutura social em um dado período histórico ser o

meio capaz de produzir uma sociabilidade, ou seja, criam-se as condições para uma determinada prática social. Todavia, o que há de especial em sua perspectiva é levar em consideração que as estruturas sociais somente são possíveis porque há agentes que as constroem.

Ao referenciar a interligação de projetos Long & Ploeg (2011) são coerentes com a noção de agência imersa (*embedded*) em uma “rede de atores”. Na perspectiva orientada ao ator o conceito de rede possui um lugar central. As redes, segundo Long (2001) são formadas por conjuntos de relações e trocas diretas e indiretas (interpessoais, interorganizacionais e sociotécnicas). Geralmente transcendem os domínios institucionais e unem uma variedade de “arenas sociais”. Já as arenas sociais são espaços sociais (não necessariamente físicos) onde acontecem as disputas entre reivindicações, recursos, sentidos e representações, ou seja, são espaços de lutas onde os atores acionam seu repertório.

Outro conceito relacionado ao espaço social é o de “domínios”. Os domínios servem para identificar como os limites sociais e simbólicos são definidos, precisamente onde se subscrevem as normatividades, regras ou princípios fundamentais para o ordenamento social. Os domínios se aproximam ao conceito de cultura, porém não como algo dado, mas como algo produzido e transformado a partir das experiências dos atores e suas lutas. Ainda, Long (2001) desenvolve um conceito de “campo social”. Aqui é importante pontuar o distanciamento da Escola de Wageningen dos conceitos de “campo” e “*habitus*” em Pierre Bourdieu (mesmo que a noção de arenas sociais possa conter o que Bourdieu chama por *lutas de classificação*), e uma aproximação com a teoria do ator-rede¹ de Bruno Latour e outros.

Por fim, e tão importante quanto os outros conceitos, temos a noção de “interface social”. Uma interface social é definida como ponto de intersecção entre diferentes mundos da vida, arenas sociais ou níveis de organização social onde são possíveis encontrar as discontinuidades sociais. As discontinuidades sociais são baseadas em discrepâncias em valores, interesses, conhecimento e poder (Long, 2001). Para o autor é justamente nas situações de interfaces sociais

¹ Esta aproximação é analisada por Guivant (1997) e Schmitt (2011).

onde são trocados e transformados o conhecimento, produto de diálogo e negociação, não raramente em situação de tensão. Esta tensão implica um gerenciamento estratégico de recursos que permitem, por exemplo, aos agricultores escolher entre alinhar ou distanciar seus projetos particulares daqueles propagados pelas instituições do estado e pelo agronegócio. Em outras palavras, os projetos e práticas dos agricultores, agentes do estado e agentes de agronegócio podem se inter-relacionar de maneiras variadas e é através dessas inter-relações altamente variáveis entre projetos que a agência se manifesta (Long e Ploeg, 2011, p.35).

A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR EM ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

Os debates sobre a revitalização das abordagens teóricas e metodológicas estão no cerne nos estudos sobre desenvolvimento rural, pois, sem dúvida, a complexidade de interações entre os atores envolvidos demandam dos pesquisadores, *policy makers*, entre outros sujeitos responsáveis pelas abstrações do concreto, uma apurada capacidade de reconhecer características, como enumera Schmitt (2011): a multilinearidade e multidimensionalidade do desenvolvimento; a necessidade de aliança analítica entre os quadros locais e os condicionantes estruturais; assim como, o papel das experiências cotidianas, interligadas, ao executar e transformar as “regras do jogo”.

E aqui nos é fundamental a perspectiva que traz os trabalhos de James Scott. Scott (2002) disseminou a noção de “formas cotidianas de resistência” com base no campesinato e suas formas veladas de enfrentado às condições de subordinação e injustiças. Isto porque, como exposto anteriormente, Scott mantém um foco nas experiências de vida dos sujeitos, e está preocupado em traduzir as ações destes sujeitos em períodos em que não há as condições para mobilização de motins, rebeliões e revoltas, estas as “meninas dos olhos” dos cientistas sociais e historicistas. Desta forma, seu trabalho se torna caro à perspectiva orientada ao ator pois revela a partir de dados empíricos como ações do tipo: a sonegação de impostos sobre a produção; saques aos estoques estatais; deserção militar - são armas

que os sujeitos se utilizam em situações de opressão e injustiça, e possivelmente conseguem alterar a correlação de forças com ganhos de curto ou longo prazo, dependendo do efeito da ação (Scott, 2002).

Neste sentido, Menezes & Malagodi (2011) fazem uma conexão direta com a noção de “luta por autonomia” de Ploeg (2008), pois assim como Scott, Ploeg entende que a busca de autonomia dos camponeses se expressa em formas de resistência individuais e coletivas, espontâneas e organizadas, cotidianas ou esporádicas. O que leva Menezes & Malagodi compreenderem como centrais as noções de autonomia e resistência na construção dos camponeses como atores sociais.

Assim surge o conceito de “estilos de agricultura” de Long & Ploeg (2011). Os autores compreendem os estilos de agricultura como uma luta de classificação, de sentidos, a partir de uma disputa de poder de reinterpretar as interações com os agentes externos à unidade de produção. Os autores demarcam que usualmente o Estado e as cadeias do agronegócio criam esquemas de classificação que são transformados em projeto sociopolíticos e político-econômicos, e assim definem um *modus operandi* das práticas agrícolas, de interação entre agricultores, de interação com os mercados e instituições, em tipos ideais de estilos de agricultura. No entanto, a realidade, principalmente em espaços heterogêneos como é o da agricultura familiar, se afasta dos tipos ideais a partir das lógicas e estratégias de cada unidade familiar de produção.

Por isso, a resposta clássica ao aumento de escala não foi adotada de forma cega pelos agricultores familiares, e não parece manter seu *status* de solução para o aumento de renda e melhoria de vida, como previam os projetos de desenvolvimento rural modernizantes. Como mencionam Conterato *et al* (2011):

“Neste sentido, pode-se interpretar a diversidade de modos de fazer agricultura e a heterogeneidade social que lhe corresponde como sendo diferentes *estilos de agricultura*, que podem ser entendidos a partir das necessidades ou possibilidades de os agricultores organizarem suas relações sociais e produtivas a partir de diferentes lógicas, intensificando ou extensificando o uso dos recursos produtivos já que, por exemplo, a disponibilidade de trabalho/mão de obra

qualificada é uma característica estratégica indispensável da necessária base de recursos, que tanto pode se fortalecer como se debilitar face à intensidade e, fundamentalmente, à quantidade dos vínculos mercantis.” (Conterato *et al.*, 2011, p.81)

O desdobramento dos diversos estilos de agricultura, segundo Ploeg (2008) são os diferentes “graus de mercantilização” que os agricultores adotam em sua unidade de produção. A partir de uma análise caracteristicamente chayanoviana², Ploeg (2008) propõem que a equação entre a utilização de produtos (seja insumos, seja alimentos) oriundos da própria unidade de produção (valor de uso) e os insumos adquiridos no mercado e vendidos ao mercado (valor de troca) sugere diferentes estratégias de relação com o mercado, e consequentemente, com o processo social de mercantilização. Esta perspectiva nos ajuda a abandonar o determinismo econômico que interpreta a mercantilização do campesinato como um “adeus” ao modo de produção camponês. Tampouco Ploeg compreende o modo camponês como uma aversão ao mercado. Pelo contrário, para Ploeg (2008, p.43-46), dialogando com Long e a Nova Sociologia Econômica³, os camponeses são agentes ativos no processo de mercantilização mesmo em condições hostis, e utilizam seu repertório cultural, por exemplo, na tomada de decisão entre a expansão ou retração de suas relações mercantis, tendendo a obter sempre mais autonomia e autocontrole.

Outra perspectiva de pesquisa elaborada a partir dos atores é a abordagem à “produção de novidades” (*novelty production approach*). Oliveira *et al.* (2011) contribuem com o debate sobre a geração de conhecimento e inovações na agricultura que reinterpretam os modelos de desenvolvimento do projeto de modernização. Nestes casos, os autores ressaltam que a produção de novidades não é um processo inédito na agricultura, mas que sob a luz das técnicas

² Alexander Chayanov, agrônomo e economista russo, empreendeu uma série de pesquisas com o campesinato durante a transição entre a Rússia feudal e a URSS. Para maiores esclarecimentos sugerimos o livro *Chayanov e o Camponês*, organizado por Horácio Martins de Carvalho, São Paulo: Expressão Popular, 2014.

³ Segundo Conterato *et al* (2011) a Nova Sociologia Econômica (NSE) se estabelece como uma corrente aglutinadora de teorias não *standards* de discussão sobre mercados e mercantilização.

modernas, são depreciadas e até vistas como um obstáculo na adoção da tecnologia ideal. Os autores interpretam que nestes contextos as novidades podem ser consideradas como “fugas de rotas ou quebra nas regras e rotinas do padrão modernizantes” (*ibidem* p.110). Além de resolverem problemas práticos, a produção de novidades gera nichos, de mercado ou tecnológicos, isto é, representam em nível local, alternativas às pressões de mercado dominantes. Não obstante, o debate sobre a produção de novidades carrega em si o reconhecimento dos saberes locais e tradicionais, sem, ao mesmo tempo, desconsiderar o papel da produção de conhecimento científico e das inovações oriundas das organizações comprometidas com o projeto de modernização.

Enfim, a perspectiva orientada aos atores introduz o agricultor familiar como um ator de desenvolvimento rural com o mesmo *status* que o mercado ou o Estado, pois estes sujeitos são dotados de agência, mesmo em situações de sujeição (Long & Ploeg, 2011). No entanto, em que medida este corpo teórico-metodológico pode nos ajudar a responder questões de pesquisa no âmbito de Meio Ambiente e Desenvolvimento? É o que iremos tratar a seguir.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR EM PESQUISA SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

No prefácio de *Introdução*, Norman Long (1982) prepara seu leitor para os possíveis débitos do seu trabalho para com algumas áreas do conhecimento e possíveis anseios não resolvidos. Particularmente, o autor delimita seu trabalho a um exame rigoroso da produção intelectual do campo da sociologia e antropologia, e que marginalmente abordaria questões do campo da economia, política e geografia. O autor está ciente da importância de se desenvolver um trabalho em cooperação. Mesmo assim, acredita que, a sociologia, em especial, tenha uma contribuição fundamental à temática do desenvolvimento e espera que uma ampla gama de profissionais tenha interesse por sua perspectiva.

Todavia, Guivant (1997) e Deponti (2007) levam em consideração que a dimensão ambiental do desenvolvimento, assim como, o

desenvolvimento sustentável, seriam uma das restrições possíveis a ser levantada sobre a perspectiva orientada ao ator. De fato, são dimensões pouco (ou nada) tratadas nos trabalhos em que Norman Long delimita o corpo conceitual de sua perspectiva. No entanto, não há, a princípio, barreiras que tornem sua sociologia do desenvolvimento intransponível à dimensão ambiental. Sobretudo o ângulo de pesquisa dos trabalhos de van der Ploeg tem contribuído para inserção da natureza enquanto fator ao desenvolvimento rural de agricultores familiares. Ao nos aproximarmos das pesquisas empíricas que reivindicaram a perspectiva orientada ao ator e/ou seus conceitos é possível levantar algumas congruências.

Há, em primeiro lugar, um elemento agregador de alguns trabalhos, a utilização do conceito de estilos de agricultura para abstração dos processos de modernização e mercantilização da agricultura familiar. Este conceito, contribuiu para compreensão de como a mercantilização foi um processo de forte alteração das práticas sociais e culturais das comunidades rurais pesquisadas, porém de forma heterogênea, ou seja, a modernização dos sistemas de produção acompanhado pela ampla inserção do mercado produziu diferentes estilos de agricultura (Niederle, 2007; Conterato, 2008). Quando levado o agroecossistema em consideração, Neske (2009) notou ainda uma forte relação entre os diferentes estilos de agricultura dos pecuaristas estarem mais condicionados pelos intercâmbios com a natureza, do que com as relações estabelecidas com o mercado.

Outros conceitos derivados da perspectiva orientada ao ator ganharam a cena quando pesquisados agricultores em conversão para o sistema ecológico. Por exemplo os trabalhos de Marques (2009), Medeiros (2011), Muniz (2011) e Cardoso (2012), articulam a aprendizagem e a prática da agricultura ecológica a partir do conceito de produção de novidades, em função da própria característica de hibridação dos saberes tradicionais e o científico em diálogo com o agroecossistema. O que nos leva a outro conceito presente nos materiais analisados, em especial nos trabalhos de Marques (2009), Muniz (2011) e Luz (2012), o de “co-produção”. Ainda, o trabalho de Luz (2012) é ilustrativo ao equacionar como o

sentido de resistência camponesa não é estático, mas se dá produzindo novidades e em co-produção com a natureza.

O conceito de co-produção sofre forte influência dos trabalhos do mexicano Vitor M. Toledo e do espanhol Manuel González de Molina, os quais defendem a noção da existência de um metabolismo social com a natureza⁴. Para Ploeg (2008, p.40-41), a co-produção é um dos pilares conceituais mais importantes do campesinato, pois parte da compreensão de que o processo de produção camponês é um processo de mútua transformação entre o homem e a natureza. Toledo (1993) acredita que essa “natureza dupla” da produção rural deve ser levada em conta ao formular um esquema interpretativo da unidade de produção camponesa. Em os *Camponeses e a arte da agricultura* Ploeg (2016) explica que a unidade de produção camponesa opera um balanço (ou um equilíbrio, como coloca o autor) entre pessoas e natureza, que se altera tanto a partir das estratégias produtivas e reprodutivas da família camponesa, quanto se altera ao longo da história, haja visto a grande ruptura causada pela modernização agrícola e a tendência de *recampesinação*, por exemplo, daqueles sob a influência do movimento agroecológico (Ploeg, 2016, p.66-67)

Presente também nos trabalhos anteriores, e com evidência no trabalho de DePonti (2010), é o conceito de interface social. O que permitiu a autora investigar as ações de extensão para o desenvolvimento a partir dos processos de negociação, onde os atores apresentam margem de manobra e ajustes de projetos, assumindo a noção de formas cotidianas de resistência para interpretar as situações de subordinação e submissão estratégica.

Se por um lado as pesquisas nos revelam um potencial de abordagem à dimensão ambiental a partir da perspectiva orientada ao ator, por outro, nota-se alguns desafios possíveis. Abordaremos primeiramente as questões sobre o espaço social. Carneiro (2012) nos explica o desenvolvimento teórico-metodológico das teorias orientadas ao ator

⁴ Um maior detalhamento consta em González de Molina, M., Toledo, V. **The Social Metabolism. A Socio-Ecological Theory of Historical Change**. New York: Springer International Publishing, 2014.

que possuem tanto maior afinidade com a noção de arena social como se distanciam da noção de campo (e por consequência de *habitus*) de Pierre Bourdieu. Para Long (2001), a noção de campo de Bourdieu adotaria uma visão mais estrutural do que o autor objetivava desenvolver, e aí estariam a importância de outros dois conceitos adicionais: os domínios e as arenas. Seriam nas arenas onde os atores se encontram (não necessariamente face a face), disputam discursos, recursos, expõem e resolvem problemas (Long, 2001, p.59).

É justamente sobre o sentido em que se emprega o conceito de estrutura em que a perspectiva orientada ao ator recebe suas maiores críticas (Deponti, 2007; Long & Ploeg, 2011; Carneiro, 2012; Gonzalez *et al.*, 2014). Mesmo que Long (1982, 1990 e 2001) expresse em diferentes momentos a importância de se levar em consideração os condicionantes histórico-estruturais, o quadro analítico da perspectiva orientada ao ator não deixa de se centrar nas questões microsociais. Não por acaso Long & Ploeg (2011) reconstituem o conceito de estrutura muito apoiados na teoria da estruturação de Giddens, com uma forte importância ao conceito de agência.

Sob este aspecto Carneiro (2012) pontua:

“Esse viés interacionista do conceito de estrutura de Long e seus colegas talvez possa ser justificado pelo tipo de objeto de estudo abordado (transmissão de conhecimentos, interação camponeses x técnicos, relação dos camponeses com o mercado), mas é de difícil sustentação quando pensamos em situações de desenvolvimento que envolvem o deslocamento forçado de pessoas para a construção de hidrelétricas (Castro, 1989; Magalhães, 1991), para bases militares (Souza Filho, 2009) ou outros tipos de grandes projetos industriais (Vainer & Araújo, 1992).” (Carneiro, 2012, p.142)

Por outro lado, os autores da Escola de Wageningen nos fazem questionar: em que medida a consolidação da agricultura familiar como ator social (Picolotto, 2014) é capaz de construir as estruturas sociais e conformar uma correlação de forças na disputa por projetos de desenvolvimento? São estas questões que norteiam nosso espírito de investigação.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para Raynaut (2018), ao abordar analiticamente situações de desenvolvimento, não há mais lugar para abordagens simplistas, interpretações lineares e determinísticas, “a questão tem que ser abordada através de modelos analíticos complexos, (...), onde se combinam as restrições naturais, as forças do mercado, as práticas técnicas e as relações sociais e/ou simbólicas.” (Raynaut, 2018, p.339). É sob este aspecto em que Corona e Almeida (2014) sugerem o conceito de reprodução socioambiental, como forma de abarcar criticamente os modelos de desenvolvimento hegemônicos, onde a ideia de reprodução procura retratar “o fato de as questões sociais estarem imbricadas com as ambientais” (Corona e Almeida, 2014, p.36). Neste sentido, concordamos com Zanoni *et al.* (2000) e Brandenburg *et al.* (2004) sobre a necessidade de se levar em conta a dimensão ambiental em espaços rurais, como dimensão intrínseca às lógicas produtivas e reprodutivas.

A partir do exposto, foram levantadas algumas questões limitantes que nos exige uma constante vigilância, sobretudo, relativo a capacidade do arcabouço teórico-metodológico da perspectiva orientada ao ator nos permitir abstrair os condicionantes estruturais e espaciais (soma-se a natureza); assim como, sobre a capacidade da POA em dialogar com a interdisciplinaridade e a complexidade dos fenômenos socioambientais.

Contudo, também foi possível evidenciar algumas possibilidades. Em nossa interpretação sobre os trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva orientada ao ator, apesar de nem sempre abordarem a dimensão ambiental, mostraram uma ampla gama analítica para o desenvolvimento rural. Notadamente, os materiais revisitados que empregam as noções de produção de novidades e resistência camponesa o fazem a partir dos agricultores familiares em conexão com ambiente natural, sobretudo os materiais que utilizam o conceito de co-produção.

A perspectiva orientada ao ator possui um valor heurístico em função de objetivarmos identificar e descrever o conjunto de estratégias de reprodução socioambiental dos agricultores familiares na inter-

relação com os agentes externos de desenvolvimento rural. Neste sentido, concordamos ser fundamental interpretar os sujeitos em situações de desenvolvimento como atores, imersos em contradições, capazes, hábeis e criativos, que transformam práticas e conhecimentos em sua relação com outros atores) e com a natureza. Isto porque, este trabalho divide com os autores da Escola de Wageningen a preocupação em enfrentar as velhas dicotomias ou dualismos da teorização social. Desafio este deveras complicado, ou como coloca Carneiro (2012, p.19) “Afim de contas, que tema mais espinhoso para enfrentar o debate sobre a articulação entre ação e estrutura, acerca das relações entre dimensões macro e micro da vida social que o das operações de desenvolvimento?”. Quisá por isto é tão excitante.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brandenburg, A., Ferreira, A. D. D. & Santos, L. J. C. (2004) Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 10, 119-125.
- Bresser-Pereira, L. C. (2010) Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. *Texto para Discussão* (275).
- Cardoso, M.A. (2012) *Agrofloresta como ferramenta de autonomia: a percepção do agricultor familiar de base ecológica*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Carneiro, S. (2012). Práticas, discursos e arenas: Notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, 2 (4), 129–158,
- Conterato, M. A. (2008). *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese

- (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Conterato, M. A., Niederle, P. A., Radomsky, G., & Schneider, S. (2011) “Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea”. En: Schneider, S & Gazolla, M. (org). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais* (67-90). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Corona, H. M. P. & Almeida, J. P. (2014) Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 29, 25-38,
- Deponti, C.M. (2007). Desmistificando a intervenção para o desenvolvimento à luz da perspectiva orientada ao ator. En: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, *Anais...* Fortaleza: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção.
- Deponti, C.M. (2010) *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Floriani, D., Brandenburg, A., Ferreira, A. D. D.; Teixeira, C., Mendonça, F. D. A., Lima, J. D. S., Andriguetto Filho, J. M., Knechtel, M. R. & Lana, P. D. C. (2011) “Construção interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR”. En: Philippi JR, A.; Silva Neto, A. J. (eds.) *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação* (342-425), Barueri, SP: Manole.
- Frank, A. G. (1967) El desarrollo del subdesarrollo. *Pensamiento Crítico*, 7.
- Furtado, C. (1992) O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, 1(1), 5-19.
- Goodman, D. E., Sorj, B. & Wilkinson, J. (1985) Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, 5(4), 31-55.
- Graziano da Silva, J. (1981) *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zaha.
- González, S. R., Pereira, V. C. & Dal Solgio, F. K. (2014) A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural *Perspectivas Rurales. Nueva época*, 13(25).

- Guivant, J. (1997) Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, 14 (3): 411-446.
- Long, N. (1982) *Introdução à Sociologia do Desenvolvimento Rural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Long, N. (1990) From Paradigm Lost to Paradigm Regained? The Case for an Actor-Oriented Sociology of Development. *European Review of Latin American and Caribbean Studies* (49), 3-24. www.jstor.org/stable/25675467
- Long, N. (2001) *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, Disponível em <https://we.riseup.net/assets/378494/Norman+Long-Development+Sociology+Actor+Perspectives+%282001%29.pdf> Acesso: 13 jun 2019
- Long, N. & Ploeg, J. D. van der. (2011) “Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura”. En: Schneider, S & Gazolla, M. (org.). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais* (21-48). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Luz, M. (2012) *Carijos e barbaquás no Rio Grande do Sul: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Marques, F. (2009.) *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Medeiros, M. (.2011) *Diversidade de saberes em situações de interface: A emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do rio grande do sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Menezes, M. & Malagodi, E. (2011) “Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência”. En: Schneider, S & Gazolla, M. (org). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais* (49-66). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- Muniz, M. F. (2011) *Percepção de agricultores e a agrobiodiversidade em quintais no Rio Grande do Sul: expressões da luta por autonomia camponesa*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Neske, M. Z. (2009) *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Niederle, P. A. (2007) *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.
- Niederle, P. A. *et al.* (2016) “Estado, desenvolvimento e “neodesenvolvimentismo.” Introdução às teorias do desenvolvimento”. En: Niederle, P. A., & Radomsky, G. F. W. (Orgs.). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Oliveira, D.; Gazolla, M.; Carvalho, C. D.; Schneider, S. (2011) “A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente”. En: Schneider, S; Gazolla, M. (org). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais* (91-113). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Picolotto, E. L. (2014) Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural* 52, 63-84.
- Ploeg, J. D. van der. (2008) *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ploeg, J. D. van der. (2016.) *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano*. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora da UFRGS.
- Raynaut, C. (2018) O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 47.

- Schmitt, C. (2011) Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, 13 (27), 82-112.
- Scott, J. C (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa. *Revista Raízes*, 21(1), 10-31.
- Schneider, S. & Gazolla, M. (2011) “Os atores entram em cena”. En: Schneider, S & Gazolla, M. (org). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais* (11-17). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Toledo, V. M. (1993) “La racionalidad ecológica de la producción campesina”. En: Sevilla Guzman, E.& Gonzalez de Molina, M. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta.
- Zanoni, M. M., Ferreira, A. D., Miguel, L. D. A., FlorianI, D., Canali, N., & Raynaut, C. (2000) Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. *Desenvolvimento e Meio ambiente* (2), 39-55.